



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RS

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES
Obras e Serviços de Engenharia

Processo Administrativo Nº 08430.006594/2024-90

1. **ENQUADRAMENTO DO OBJETO**

1.1. **Classificação como obra ou serviço de engenharia**

O objeto da presente licitação constitui **SERVIÇO DE ENGENHARIA**, sob a seguinte justificativa:

A Lei nº 14.133/2021, juntamente com a Orientação Técnica do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP) nº 2/2009, fornecem diretrizes específicas para essa classificação.

Definição de Serviço de Engenharia segundo a Lei nº 14.133/2021

A Lei nº 14.133/2021 define serviço de engenharia em seu Art. 6º, inciso XXI, como:

atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, devendo-se incluir, entre outras, os serviços de demolição, manutenção, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação e substituição, bem como a elaboração de estudos técnicos, projetos, pareceres, perícias, avaliações, laudos e auditorias em geral.

(grifos intencionais para destacar a correlação com o objeto em análise)

Definição de Serviço de Engenharia segundo a Orientação Técnica IBRAOP nº 2/2009

A Orientação Técnica do IBRAOP nº 2/2009 complementa a definição ao especificar que:

serviço de engenharia compreende todas as atividades voltadas à criação, operação e manutenção de infraestruturas físicas ou sistemas complexos, incluindo consultoria, projetos, estudos técnicos, e serviços técnicos especializados.

(grifos intencionais para destacar a correlação com o objeto em análise)

Baseado no contexto acima, justifica-se o enquadramento do objeto de licitação como **serviço de engenharia**, pois:

1. Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, o objeto envolve atividades de manutenção, conservação e reparação.
2. Em conformidade com a Orientação Técnica IBRAOP nº 2/2009, o projeto requer serviços técnicos especializados (elaboração do projeto executivo), voltados para a manutenção e operação de sistemas de razoável complexidade (elevador), alinhando-se perfeitamente com a definição de serviços de engenharia do IBRAOP.

1.2.

Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é **COMUM**, sob a seguinte **justificativa**:

A Lei nº 14.133/2021 fornece diretrizes específicas para essa classificação.

Serviços Comuns e Especiais de Engenharia

O Art. 6º, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, define **serviço comum de engenharia** como aqueles serviços de engenharia cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Por outro lado, a Lei também estabelece que **serviços especiais de engenharia** são aqueles que devido à sua complexidade ou especialização, não podem ser descritos apenas por especificações usuais de mercado.

Baseado no contexto acima, justifica-se o enquadramento do objeto de licitação como **serviço comum de engenharia**, pois:

1. Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, as atividades envolvidas possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, utilizando especificações técnicas usuais de mercado.
2. Em relação a "Especificações Técnicas Padronizadas", as atividades de manutenção elétrica e mecânica seguem normas técnicas amplamente reconhecidas, permitindo uma descrição clara e precisa dos requisitos de desempenho e qualidade no edital.

2.

REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime **empreitada por preço global**, com posterior prestação de serviço associado de manutenção preventiva e corretiva, caracterizando a modalidade prevista no inciso XXXIV do Art. 6º da Lei Nº 14.133/2021:

Definição de Empreitada por Preço Global

A Lei nº 14.133/2021 define empreitada por preço global em seu Art. 6º, inciso XXVIII, como *regime de execução de obras e serviços em que o contratado se obriga a executar a obra ou o serviço por preço certo e total*.

Neste regime, o pagamento é realizado com base no valor global contratado, independentemente das quantidades de itens efetivamente utilizados ou executados.

Vantagens da Empreitada por Preço Global

- **Previsibilidade de Custos:** O regime de empreitada por preço global oferece uma maior previsibilidade de custos, uma vez que o preço total é fixado no contrato, evitando surpresas financeiras durante a execução da obra ou serviço.
- **Simplicidade Administrativa:** Este regime reduz a necessidade de medições contínuas e ajustes de quantidades, simplificando a administração do contrato e a fiscalização.
- **Responsabilidade do Contratado:** O contratado assume maior responsabilidade pela gestão de insumos e execução eficiente do projeto, incentivando a otimização dos recursos e a minimização de desperdícios.

Baseado na análise acima, justifica-se a escolha do regime de empreitada por preço global para o objeto de licitação, pois:

1. Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, as atividades envolvidas possuem especificações detalhadas e escopo bem definido, permitindo a fixação de um preço total no contrato.
2. Em relação à "Adequação ao Objeto", o objeto de licitação, com suas características de previsibilidade e escopo bem definido, é perfeitamente alinhado às vantagens

proporcionadas pela empreitada por preço global.

O Termo de Referência **DEFiniu** as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, de acordo com a seguinte justificativa:

Para a parte do objeto relativa ao conserto do elevador: Uma vez que os orçamentos feitos para a parte relativa ao conserto do elevador leva em consideração uma cesta de serviços e materiais a serem aplicados em cada subsistema do elevador (itens 2.1 a 2.7 da planilha orçamentária), cuja unidade foi especificada como "serviço", se considera que o preço médio das cotações (usado como parâmetro para esta parte do objeto) seja o valor real dos serviços, não havendo margem para subestimativas ou superestimativas.

Para a parte do objeto relativa à prestação dos serviços de manutenção do elevador: Foi considerado como sendo uma subestimativa/superestimativa relevante quando o valor do material efetivamente empregado pela Contratada no serviço de manutenção (após aplicação do desconto dado no item 4) for inferior a 75% ou superior 125% do valor de sua proposta para a parcela de material do item manutenção.

3. **ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

No presente feito, os documentos técnicos da contratação **FORAM** elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, com a emissão da ART, RRT ou TRT, estando tais documentos anexados ao Projeto Básico.

4. **DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA**

Na presente licitação foi observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021:

(X) **FORAM** adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI para a maior parte os itens relacionados à construção civil;

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, **FORAM** adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida.

(X) Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso:

Fontes	Pertinência da Opção	Data da Consulta
Vip Elevadores Ltda CNPJ 73.317.513/0001-02	Prestadora de serviços de manutenção de elevadores em Porto Alegre/RS.	junho/2024
Engi Project Ltda CNPJ 20.745.692/0002-95	Prestadora de serviços de manutenção de elevadores em Porto Alegre/RS.	agosto/2024
Meta Elevadores Ltda CNPJ 09.434.954/0001-87	Prestadora de serviços de manutenção de elevadores em Porto Alegre/RS.	agosto/2024

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço **FORAM** juntadas as planilhas sintéticas e as planilhas analíticas, tendo sido empregadas as tabelas de referência mais atualizadas. Os documentos de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias **CONSTAM** como apêndice do Termo de Referência.

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

(X) **FORAM** adotadas apenas composições de custos unitários oriundas do SINAPI, sem adaptações;

(X) **FORAM** adotadas composições “adaptadas” do SINAPI, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

(X) **FORAM** adotadas composições “próprias”, extraídas de fontes extra-SINAPI, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos compreendem apenas os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de administração local:

(X) O objeto não necessita da consideração dos custos de administração local, razão pela qual ele não integra os custos diretos da contratação.

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DE SERVIÇOS E DE INSUMOS

Na presente licitação:

(X) FOI juntada somente a Curvas ABC relativa aos SERVIÇOS, de acordo com a seguinte justificativa:

Ausência de ferramenta específica de orçamento que faça o levantamento desta curva. Todavia, sua ausência não prejudica a análise do orçamento, de modo que apenas a Curva ABC de Serviços é suficiente para as análises necessárias.

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência **DESONERADOS**, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme demonstração a seguir:

Os custos de referência desonerados geraram um BDI de 28,91% e um valor total da contratação de R\$ 55.501,16 (cinquenta e cinco mil quinhentos e um reais e dezesseis centavos).

Os custos de referência não-desonerados geraram um BDI de 22,83% e um valor total da contratação de R\$ 55.762,80 (cinquenta e cinco mil setecentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos).

A contratação pelo regime desonerado gera uma economia de R\$ 261,64 (duzentos e sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos).

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União, tendo sido adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as justificativas técnicas abaixo, **apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio:**

10.1. **Administração Central:**

1º Quartil	Quartil Médio	3º Quartil	Outro
()	(X)	()	()

10.2. **Seguro e Garantia:**

1º Quartil	Quartil Médio	3º Quartil	Outro
()	(X)	()	()

10.3. **Risco:**

1º Quartil	Quartil Médio	3º Quartil	Outro
()	(X)	()	()

10.4. **Despesas Financeira:**

1º Quartil	Quartil Médio	3º Quartil	Outro
()	(X)	()	()

10.5. **Lucro:**

1º Quartil	Quartil Médio	3º Quartil	Outro
()	(X)	()	()

11. **BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS**

Na presente licitação **NÃO SERÁ** adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte justificativa:

De acordo com a literatura "Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas", editado pelo TCU no ano de 2014:

Nos termos de reiterados julgamentos do Tribunal de Contas da União, consolidados pela Súmula nº 253/2010, comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica **que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra**, devem apresentar incidência de taxa de BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens. (trechos grifados intencionalmente)

Desta forma, como nenhum dos dois casos acima grifados são encontrados na presente contratação, não será empregado o BDI reduzido.

12. **ELABORAÇÃO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO/EVENTOGRAMA**

O eventograma, em substituição ao cronograma físico-financeiro, **foi juntado aos autos**, definindo com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes, além dos eventos/marcos importante previstos durante o contrato.

13. **PROJETO EXECUTIVO**

Os projetos executivos **NÃO FORAM** elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. O Projeto Básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.1. Registro da empresa no conselho profissional

Será exigido o registro da empresa licitante junto ao conselho profissional, com base na seguinte justificativa técnica:

Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)

A Lei nº 14.133/2021 estabelece os princípios, regras e procedimentos para a realização de licitações e a formalização de contratos administrativos. Entre os aspectos relevantes, destacam-se:

- 1. Capacidade Técnica (Art. 27):** A lei exige que as empresas participantes demonstrem capacidade técnica para a execução dos serviços licitados. Empresas de engenharia possuem profissionais qualificados e registros que comprovam sua expertise em projetos de engenharia.
- 2. Responsabilidade Técnica (Art. 35):** A responsabilidade técnica é um requisito fundamental para a participação em licitações de obras e serviços de engenharia. Empresas de engenharia, por estarem registradas nos conselhos profissionais, garantem que possuem a responsabilidade técnica necessária, com profissionais habilitados para assinar projetos e laudos técnicos.

Regramento do Confea

O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) regulamenta e fiscaliza o exercício profissional da engenharia no Brasil, estabelecendo normas que asseguram a qualidade dos serviços prestados por engenheiros e empresas de engenharia. As principais diretrizes incluem:

- 1. Registro de Empresas (Resolução nº 1.050/2013):** O Confea exige que as empresas que prestam serviços de engenharia sejam registradas no conselho regional (Crea) de sua jurisdição. Este registro comprova que a empresa possui profissionais habilitados e que está apta a realizar serviços de engenharia.
- 2. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART):** A ART é um instrumento que define os responsáveis técnicos pelos projetos e serviços de engenharia. Somente empresas de engenharia, devidamente registradas, podem emitir ARTs, assegurando a responsabilidade técnica e a qualidade dos serviços prestados.

Lei nº 5.194/1966 (Regulamentação da Profissão de Engenheiro)

A Lei nº 5.194/1966 dispõe sobre o exercício da profissão de engenheiro, arquiteto e agrônomo, estabelecendo as condições para a prática dessas atividades:

- 1. Exercício Profissional (Art. 6º):** A lei determina que somente profissionais legalmente habilitados podem exercer as atividades de engenharia. Empresas de engenharia, ao serem constituídas por profissionais habilitados e registradas no Crea, garantem o cumprimento dessa exigência.
- 2. Fiscalização do Exercício Profissional (Art. 7º e 8º):** A fiscalização pelo Confea/Crea assegura que as atividades de

engenharia sejam realizadas por profissionais e empresas qualificadas, prevenindo a atuação de empresas sem a devida competência técnica e legal.

Conselhos Profissionais de Arquitetos (CAU) e Técnicos Industriais de Nível Médio (CFT).

Com o advento dos conselhos profissionais dos arquitetos (CAU) e dos técnicos industriais de nível médio (CFT), as empresas também poderão estar registradas nesses conselhos. As leis que criaram tais conselhos e seus regramentos internos permitem que empresas que atuam nas áreas de arquitetura e técnicas industriais de nível médio participem das licitações, desde que estejam devidamente registradas e que cumpram com os requisitos técnicos e legais estabelecidos.

1. **Registro no CAU:** O Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) exige que as empresas de arquitetura sejam registradas e possuam profissionais habilitados, garantindo a responsabilidade técnica e a qualidade dos serviços prestados na área de arquitetura e urbanismo.

2. **Registro no CFT:** O Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) regula e fiscaliza o exercício das atividades dos técnicos industriais de nível médio, exigindo que as empresas que atuam nessas áreas estejam registradas e possuam profissionais habilitados, assegurando a competência técnica para a execução dos serviços.

Justificativa

Baseado nas legislações e regramentos acima mencionados, a exigência de que as empresas participantes das licitações para obras e serviços de engenharia sejam empresas de engenharia, arquitetura ou técnicas industriais de nível médio, é justificada pelos seguintes motivos:

1. **Garantia de Qualidade Técnica:** Empresas de engenharia/arquitetura ou equiparadas a estas (quando vinculadas ao CRT) possuem profissionais capacitados e habilitados, assegurando que os projetos sejam executados com a qualidade técnica necessária.

2. **Segurança e Conformidade:** A responsabilidade técnica e a emissão de ARTs/RRTs/TRTs por empresas de engenharia garantem que os projetos estejam em conformidade com as normas técnicas e de segurança, prevenindo riscos e garantindo a integridade das obras.

3. **Compliance Legal:** A exigência de registro no CREA/CAU/CRT asseguram que as empresas estão legalmente aptas a prestar serviços de engenharia, evitando a participação de empresas irregulares ou sem a qualificação necessária.

4. **Eficiência e Efetividade:** Empresas de engenharia/arquitetura ou as equiparadas a estas, por sua experiência e capacitação, são mais eficientes na execução de projetos complexos, garantindo a entrega dentro dos prazos e orçamentos previstos.

Portanto, a necessidade de que as empresas participantes das licitações para obras e serviços de engenharia, arquitetura ou técnicas industriais de nível médio sejam registradas nos respectivos conselhos profissionais é plenamente justificada pela Lei nº 14.133/2021, pelos regramentos do CONFEA, CAU e CFT, e pela Lei nº 5.194/1966.

14.2. Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação **SERÃO** exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, nos seguintes quantitativos

mínimos, constantes nos atestados de capacidade técnica:

Execução de manutenção corretiva de no mínimo 01 (um) elevador com capacidade mínima de 325 kg (trezentos e vinte e cinco quilogramas) ou 5 (cinco) pessoas.

NÃO SERÁ ACEITO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte justificativa técnica:

Por se tratar de exigência de somente 01 (um) elevador e pelo fato de que o somatório de características de elevadores diferentes não acrescenta qualquer possível vantagem ou benefício à qualificação das empresas licitantes.

14.3. Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação serão exigidas as seguintes comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a constarem nas respectivas certidões de acervo técnico:

Para o Engenheiro Mecânico ou Técnico Industrial com habilitação para manutenção de elevadores: execução de no mínimo 02 (dois) serviços de manutenção corretiva e/ou preventiva de elevadores;

14.4. Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, **NÃO SERÁ** exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação. As exigências são as seguintes:

No presente caso, não há necessidade desse tipo de exigência.

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será **SERÁ OBRIGATÓRIA**, e o licitante **PODERÁ** substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

Em razão da complexidade do objeto, que possui diversos subsistemas e variáveis, e também em razão da razoável diferença entre os orçamentos recebidos para os consertos, é **fortemente sugerido** que as possíveis empresas interessadas e que ainda não tenham realizado as vistorias no local, o façam, para que a proposta na licitação seja corretamente dimensionada

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado **NÃO ADMITIU** a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e justificativas técnicas:

A subcontratação não é necessária para a completa execução do objeto, uma vez que ele é comumente executado de forma integral pela própria empresa especializada em elevadores.

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de **PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO**, no percentual de **5% (cinco por cento)** sobre o **valor total estimado da contratação**, com base na seguinte justificativa técnica:

Entende-se que seja um percentual adequado para manter a competitividade no certame e a restrição a empresas que possuam já um mínimo lastro orçamentária para a execução do objeto.

18. **PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

Na presente licitação, será **PERMITIDA** a participação de consórcios.

19. **PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**

Na presente licitação, será **VEDADA** a participação de cooperativas, com base na seguinte justificativa:

Requisitos Legais e Normativos

1. **Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos):** O art. 16 da Lei nº 14.133/2021 permite a participação de cooperativas em licitações, desde que não haja relação de subordinação jurídica entre os cooperados e a cooperativa ou entre aqueles e o tomador de serviços. Isso significa que, para uma cooperativa participar de uma licitação, a execução dos serviços deve ser realizada de forma autônoma pelos cooperados, sem subordinação.

2. **Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017:** Esta norma orienta que, para a participação de cooperativas, os serviços devem ser passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação.

3. **Súmula 281 do TCU:** Proíbe a participação de cooperativas em licitações quando a natureza do serviço ou o modo como é usualmente executado no mercado demandam subordinação jurídica, pessoalidade e habitualidade entre os trabalhadores e a contratada.

4. **Parecer n. 096/2015/DECOR/CGU/AGU:** Reforça a vedação da contratação de cooperativas para serviços que, por sua natureza, caracterizam-se pela execução mediante vínculo empregatício, com subordinação, pessoalidade, onerosidade e habitualidade.

5. **Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU:** Mantém a interpretação de que, mesmo sob a vigência da Lei nº 14.133/2021, a contratação de cooperativas não é permitida quando a execução dos serviços terceirizados demanda vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada.

Características dos Serviços de Engenharia

Obras e serviços de engenharia, por sua natureza, geralmente envolvem diversas atividades técnicas e especializadas que requerem:

1. **Subordinação Jurídica:** Os trabalhadores devem seguir instruções específicas, horários e métodos de trabalho definidos pela empresa contratada, caracterizando uma relação de subordinação.

2. **Pessoalidade:** Muitas atividades de engenharia exigem a atuação direta de profissionais específicos, com determinadas qualificações e habilidades técnicas, não sendo passíveis de execução por qualquer cooperado.

3. **Habitualidade:** A prestação contínua e regular de serviços de engenharia por profissionais específicos caracteriza a habitualidade, o que é incompatível com a rotatividade e autogestão típicas das cooperativas.

Implicações da Participação de Cooperativas

Permitir a participação de cooperativas em licitações de obras e serviços de engenharia pode levar a diversas implicações negativas:

1. **Riscos de Conflitos Trabalhistas:** A relação de subordinação e pessoalidade, inerente às atividades de engenharia, pode resultar em conflitos trabalhistas, caso as cooperativas sejam utilizadas para intermediar mão de obra subordinada.

2. **Desvio de Finalidade das Cooperativas:** As cooperativas são constituídas para o exercício de atividades laborais em proveito comum, com autonomia e autogestão. Utilizá-las para intermediar mão de obra subordinada desvirtua essa finalidade.

3. **Responsabilização da Administração Pública:** A contratação de cooperativas para serviços que exigem vínculo empregatício pode levar à responsabilização da administração pública por encargos trabalhistas, conforme previsto nos termos de conciliação judicial firmados com o Ministério Público do Trabalho.

Portanto, a vedação da participação de cooperativas em licitações para obras e serviços de engenharia é justificada pela necessidade de garantir que os serviços sejam executados por profissionais qualificados e subordinados, conforme as exigências técnicas e legais.

A natureza dos serviços de engenharia, que requer subordinação jurídica, pessoalidade e habitualidade, é incompatível com a forma de atuação das cooperativas, que se baseia na autogestão e na autonomia dos cooperados.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será **EXIGIDA** a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte justificativa:

A exigência de garantia de execução em licitações de obras e serviços de engenharia é justificada pela necessidade de proteger os interesses públicos, mitigar riscos financeiros, evitar o abandono de obras e garantir a conformidade técnica e legal dos projetos contratados.

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

(X) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

(X) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

(X) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

(X) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.



Documento assinado eletronicamente por **SAMUEL DE OLIVEIRA CARVALHO, Engenheiro(a) Eletricista**, em 23/08/2024, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=36687042&crc=BE691284.
Código verificador: **36687042** e Código CRC: **BE691284**.

Referência: Processo nº 08430.006594/2024-90

SEI nº 36687042